

2015

Dicionário de termos  
pedagógicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM – CEAP ANOS FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM - CEAP  
ANOS FINAIS



MC001      ORG. Santos, Juliana Sousa Pinho dos.  
Dicionário de termos pedagógicos / ORG. Juliana Sousa Pinho  
dos Santos (v/a); Camaçari. –Bahia, 2015.

58f.

Dicionário de termos pedagógicos –  
Secretaria de Educação de Camaçari – SEDUC

1. Compêndio. 2. Educação. 3. Ciência.  
I. Título.

SEDUC / Camaçari

*Todos os direitos de publicação e utilização estão reservados à Secretaria de  
Educação do município de Camaçari - BA*



## **Apresentação**

Segundo Lerner (2002), o objeto de ensino, ao ser apresentado, deve ser fiel ao saber ou à prática social que se pretende comunicar, devendo-se partir do pressuposto de que o aprendiz se constitui num participante ativo e capaz de atribuir ao saber uma pauta, um sentido pessoal.

Pensando esse objeto de ensino como algo sistêmico e articulado a Coordenadoria de Ensino e Aprendizagem – CEAP anos finais elaborou esse presente dicionário para conhecermos as terminologias base da nossa proposta curricular.

Atenciosamente,

***Marcio Silva das Neves***  
Secretário de Educação

***Margareth Cacim***  
Coordenadora Pedagógica do Município

***Yuri Watanabe***  
Coordenadora Pedagógica dos Anos Finais

***Juliana Pinho***  
Coordenadora Técnica de Formação dos Anos Finais



## ÍNDICE

|                                                             |           |
|-------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Competência</b>                                          | <b>03</b> |
| <b>Habilidade</b>                                           | <b>04</b> |
| <b>Descritor</b>                                            | <b>06</b> |
| <b>Currículo</b>                                            | <b>14</b> |
| <b>Ciclo de Aprendizagem</b>                                | <b>15</b> |
| <b>Avaliação Formativa</b>                                  | <b>17</b> |
| <b>Sequência Didática</b>                                   | <b>19</b> |
| <b>Projeto didático</b>                                     | <b>21</b> |
| <b>Plano de curso/de ensino</b>                             | <b>26</b> |
| <b>Plano diário/de aula</b>                                 | <b>28</b> |
| <b>Sequência Didática, Plano de aula e Projeto didático</b> | <b>30</b> |
| <b>Progressão continuada</b>                                | <b>32</b> |
| <b>LDB</b>                                                  | <b>35</b> |
| <b>Planejamento LDB</b>                                     | <b>36</b> |
| <b>Avaliação LDB</b>                                        | <b>37</b> |
| <b>DCN</b>                                                  | <b>38</b> |
| <b>PCN</b>                                                  | <b>39</b> |
| <b>PNE</b>                                                  | <b>40</b> |
| <b>PME</b>                                                  | <b>41</b> |
| <b>PPP</b>                                                  | <b>44</b> |
| <b>PDE</b>                                                  | <b>45</b> |
| <b>PDDE</b>                                                 | <b>46</b> |
| <b>SAEB</b>                                                 | <b>47</b> |
| <b>Interdisciplinaridade</b>                                | <b>49</b> |
| <b>Transversalidade</b>                                     | <b>51</b> |
| <b>Contextualização</b>                                     | <b>52</b> |
| <b>Transposição Didática</b>                                | <b>54</b> |

## Competência



Uma competência permite mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Destacamos aqui o termo mobilizar. A competência não é o uso estático de regrinhas aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. (Perrenoud)

Dultra, Hipólito e Silva (2000) “competência apenas quando há competência em ação, isto é, saber ser e saber mobilizar conhecimentos em diferentes contextos”. Dessa forma, a competência vinculada a ação e não simplesmente a tarefa; não é a execução é como se faz a ação.”

*"Conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e aptidões que possibilitam maior probabilidade de obtenção de sucesso na execução de determinadas atividades."*

Competências são responsabilidades que todos profissionais devem ter. No caso do educador: São as ações, o fazer docente.

Por exemplo: O docente João é um excelente educador, faz projeto, mobiliza a sua turma é o professor que mais se destaca dentro de sua escola! Ele tem habilidades. No entanto, um certo dia, precisou substituir a coordenadora Maria, e foi ai que o docente João descobriu que não entendia dos serviço técnico. Ou seja, ele não tinha habilidades. Porém, as habilidades dependem do interesse de cada profissional em buscá-las . Essas são as diferenças entre competências e habilidades.

- BORDONI, Thereza – Saber e Fazer.... Competências e habilidades

### Na prática...



## Habilidade



Segundo Perrenoud, “ refere-se ao plano objetivo e prático do saber fazer e decorre, diretamente, das *competências já adquiridas* e que se transformam em habilidades.”

A habilidade não está vinculada a um assunto concreto.

O conceito de habilidade também varia de autor para autor. As habilidades são inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos. As competências pressupõem operações mentais, capacidades para usar as habilidades, emprego de atitudes, adequadas à realização de tarefas e conhecimentos. Desta forma as habilidades estão relacionadas ao saber fazer. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades.

- Competência é um conjunto de: CONHECIMENTOS (saberes) HABILIDADES (saber-fazer relacionado à prática do trabalho mental) ATITUDES (saber- ser- aspectos éticos, cooperação, solidariedade, participação)
- 8. HABILIDADES - Associadas ao saber fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida. Exemplos: .identificar variáveis . compreender fenômenos . relacionar informações . analisar situações- problema . sintetizar . julgar . correlacionar
- 9. AS HABILIDADES DEVEM SER DESENVOLVIDAS NA BUSCA DAS COMPETÊNCIAS
- COMPETÊNCIAS - Conjunto de habilidades harmonicamente desenvolvidas e que caracterizam uma função/profissão: ser arquiteto ser jornalista ser professor de História ser advogado
- 11.
  - As competências articulam :
  - O aluno desenvolve as habilidades através dos conteúdos, exercitando estas habilidades adquire competências.

Vasco Moretto aponta cinco recursos para resolução de situações complexas: a) o conhecimento de conteúdos relacionados à situação; b) as habilidades (saber fazer) para resolver a situação; c) o domínio das linguagens específicas relacionadas ao contexto; d) a compreensão dos valores culturais que dão sentido à linguagem e que torna a situação relevante no contexto, e e) a capacidade da administração do emocional diante do problema.

MORETTO, Vasco P. Construtivismo, a produção do conhecimento em aula. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

### **A escola geradora de competências e habilidades**

Ao direcionar o foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências, devemos ressaltar que essas necessitam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Ou seja, é preciso que a escola inclua entre as suas responsabilidades a de ensinar a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos... Independentemente do que se esteja comparando, classificando ou assim por diante. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

### **Na prática...**





## Descritores

### O que é um Descritor?

O descritor é o detalhamento de uma habilidade cognitiva (em termos de grau de complexidade), que está sempre associada a um conteúdo que o estudante deve dominar na etapa de ensino em análise. Esses descritores são expressos da forma mais detalhada possível, permitindo-se a mensuração por meio de aspectos que podem ser observados. Cada tópico (Língua Portuguesa) ou tema (Matemática) reúne um grupo de descritores que visa à avaliação de diferentes competências do estudante. Passemos à análise dos descritores.

### Diferenças fundamentais: Matriz Curricular e Matriz de Referência de Avaliação

**Matriz Curricular:** Direciona o currículo de uma instituição de ensino, leva em conta as concepções de ensino e aprendizagem da área e apresenta: objetivos, conteúdos, metodologias e processos de avaliação.

**Matriz de Referência:** Também leva em conta as concepções de ensino e aprendizagem da área, mas é composta apenas por um conjunto delimitado de habilidades e competências definidas em unidades denominadas descritores, agrupadas em tópicos (Língua Portuguesa) e Temas (Matemática) que compõem a matriz de uma dada disciplina em avaliações dos tipos Prova Brasil e SAEB.

Embora a Matriz Curricular e a Matriz de Referência não tenham a mesma finalidade, é impossível pensar na Matriz de Referência para uma determinada avaliação sem levar em conta a Matriz Curricular que lhe dá suporte.

Matriz de referência de Matemática

### Temas e seus Descritores

As matrizes de matemática estão estruturadas por anos e séries avaliadas. Para cada um deles são definidos os descritores que indicam uma determinada habilidade que deve ter sido desenvolvida nessa fase de ensino. Esses descritores são agrupados por temas que relacionam um conjunto de objetivos educacionais.

### Tópicos e seus Descritores

A Matriz de Referência de Língua Portuguesa apresenta a relação entre os temas, os descritores e as habilidades estabelecidos para a avaliação dos alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental(EF) e da 3ª série do Ensino Médio(EM).

No total, a Matriz de Referência de Língua Portuguesa da Prova Brasil e do Saeb é composta por seis tópicos: Procedimentos de Leitura; Implicações do Suporte, do Gênero e/ou do Enunciador na Compreensão do Texto; Relação entre Textos, Coerência e Coesão no Processamento do Texto; Relações entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido e variação Lingüística.

Estruturalmente, a Matriz de Língua Portuguesa se divide em duas dimensões:

1ª: Objeto do Conhecimento: Nele são listados os seis tópicos;

2ª: Competência: Apresenta descritores que indicam habilidades a serem avaliadas em cada tópico.

Para a 4ª série / 5º ano do EF são contemplados 15 descritores;

Para a 8ª série / 9º ano do EF e a 3ª série do EM são acrescentados mais 6, totalizando 21 descritores.

Os descritores aparecem, dentro de cada tópico, em ordem crescente de aprofundamento e/ou ampliação de conteúdos ou das habilidades exigidas. São 28 descritores subdivididos em 04 temas.

### **Tema I - Espaço e Forma**

D1 - Identificar a localização /movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.

D2 - Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.

D3 - Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados, pelos tipos de ângulos.

D4 - Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes, perpendiculares).

D5 - Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e /ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

### **Tema II - Grandezas e Medidas**

D6 - Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.

D7 - Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm/kg/g/mg/l/ml.

D8 - Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.

D9 - Estabelecer relações entre o horário de início e término e /ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento.

D10 - Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.



D11 - Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

D12 - Resolver problema envolvendo o cálculo ou estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

### **Tema III - Números e Operações / Álgebra e Funções**

D13 - Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.

D14 - Identificar a localização de números naturais na reta numérica.

D15 - Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens.

D16 - Reconhecer a composição e a decomposição de números naturais em sua forma polinomial.

D17 - Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais.

D18 - Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.

D19 - Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa).

D20 - Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou divisão: multiplicação comparativa, idéia de proporcionalidade, configuração retangular e combinatória.

D21 - Identificar diferentes representações de um mesmo número racional. D22 - Identificar a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica.

D23 - Resolver problema utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro.

D24 - Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.

D25 - Resolver problema com números racionais expressos na forma decimal envolvendo diferentes significados da adição ou subtração.

D26 - Resolver problema envolvendo noções de porcentagem (25%, 50%, 100%).

### **Tema IV - Tratamento da Informação**

D27 - Ler informações e dados apresentados em tabelas.

D28 - Ler informações e dados apresentados em gráficos (particularmente em gráficos de colunas).

Fonte: Adaptado do Material Língua Portuguesa e Matemática - SAEB / Prova Brasil - INEP



## **Língua Portuguesa**

São 15 descritores subdivididos em 06 tópicos.

### **Tópico I – Procedimento de leitura**

- D1 - Localizar informações explícitas do texto
- D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão
- D4 – Inferir uma informação implícita em um texto
- D6 - Identificar o tema de um texto
- D11 - Distinguir um fato da opinião relativa deste fato

### **Tópico II – Implicações do suporte, do gênero, e/ ou do Enunciador na compreensão de texto**

- D5 - Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto, etc.)
- D9 - Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros

### **Tópico III – Relação entre texto**

- D15 - Reconhecer diferentes formas de tratar a informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

### **Tópico IV – Coerência e Coesão no Processamento do Texto**

- D2 - Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.
- D7 - Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa
- D8 - Estabelecer relação de causa/ consequência entre partes e elementos do texto
- D12 - Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.

### **Tópico V – Relação entre recursos expressivos e efeitos de sentido**

- D13 - Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados
- D14 – identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações

### **Tópico VI – Variação Lingüística**



D10 - Identificar as marcas lingüísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto

Para um processo de alfabetização bem sucedido, o professor deve olhar para os cinco eixos com especial atenção, pois os mesmos trarão ao longo do estudo clareza sobre como as crianças aprendem e percebem o processo de leitura e escrita ao longo do Ciclo da Alfabetização. É bom lembrar que um bom professor é aquele que está em constante atualização da sua prática de ensino. Não estou apresentando aqui nenhuma receita pronta de como alfabetizar, mas garanto que se os cinco eixos forem bem compreendidos o sucesso na alfabetização é visivelmente alcançado.

Agora que você conheceu os Cinco Eixos Norteadores para a Alfabetização e o Letramento, conheça também as capacidades que devem ser desenvolvidas a partir de cada um desses eixos nos quadros a seguir: Acompanhe a legenda das letras inseridas nas quadriculas:

**I = Introduzir. Levar os alunos a se familiarizarem com conteúdos e conhecimentos.**

**T = Trabalhar. Trabalhar sistematicamente, para favorecer o desenvolvimento pelos alunos.**

**C = Consolidar. Procurar consolidar no processo de aprendizagem dos alunos, sedimentando os avanços em seus conhecimentos e capacidades.**

**R = Retomar. Retomar eventualmente, quando se trata de conceitos ou capacidades já dominados ou consolidados em período anterior.**

Quando as três letras aparecem ao mesmo tempo, isso significa que a capacidade em questão necessita ser dominada mais cedo e que em um mesmo ano deverá ser Introduzida, Trabalhada e Consolidada. Analise e reflita em cada quadro e veja como ele facilitará o seu trabalho como alfabetizador. Perceba, no entanto, que elas devem ser trabalhadas de forma simultânea, pois uma capacidade exerce influência sobre a outra. A organização dos eixos e capacidades em quadro foi apenas para que o facilite a visualização de forma organizada e clara.

Observe o quadro:

| Quadro 1                                                                                    |        |        |        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|
| Compreensão e valorização da cultura escrita: capacidades, conhecimentos e atitudes         |        |        |        |
| CAPACIDADES, CONHECIMENTOS E ATITUDES                                                       | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
| Conhecer, utilizar e valorizar os modos de produção e de circulação da escrita na sociedade | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| Conhecer os usos e funções sociais da escrita                                               | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| Conhecer usos da escrita na cultura escolar                                                 | I/T/C  | T      | R      |
| Desenvolver capacidades necessárias para o uso da escrita no contexto escolar:              | I/T/C  | T      | R      |
| (i) saber usar objetos de escrita presentes na cultura escolar                              | I/T/C  | T      | R      |
| (ii) desenvolver capacidades específicas para escrever                                      | I/T/C  | T      | R      |

| Quadro 2                                                                                        |        |        |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|
| Apropriação do sistema de escrita: conhecimentos e capacidades                                  |        |        |        |
| CAPACIDADES, CONHECIMENTOS E ATITUDES                                                           | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
| Compreender diferenças entre a escrita alfabética e outras formas gráficas                      | I/T/C  | R      | R      |
| Dominar convenções gráficas:                                                                    | I/T/C  | R      | R      |
| (i) Compreender a orientação e o alinhamento da escrita da língua portuguesa                    | I/T/C  | R      | R      |
| (ii) Compreender a função de segmentação dos espaços em branco e da pontuação de final de frase | I/T/C  | R      | R      |
| Reconhecer unidades fonoaudiológicas como sílabas, rimas, terminações de palavras, etc.         | I/T/C  | T      | R      |
| Conhecer o alfabeto                                                                             | I/T    | T/C    | R      |
| (i) Compreender a categorização gráfica e funcional das letras                                  | I/T    | T/C    | R      |
| (i) Conhecer e utilizar diferentes tipos de letras (de fôrma e cursiva)                         | I/T    | T/C    | R      |
| Compreender a natureza alfabética do sistema de escrita                                         | I/T    | T/C    | R      |
| Dominar as relações entre grafemas e fonemas                                                    | I      | T/C    | T/C    |
| (i) Dominar regularidades ortográficas                                                          | I      | T/C    | T/C    |
| (ii) Dominar irregularidades ortográficas                                                       | I      | I/T    | T/C    |

| <b>Quadro 3</b>                                                                                                                    |        |        |        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|
| <b>Leitura: capacidades, conhecimentos e atitudes</b>                                                                              |        |        |        |
| Capacidades, conhecimentos e atitudes                                                                                              | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
| Desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura                                                                            | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| Desenvolver capacidades de decifração                                                                                              | I      | T/C    | T/C    |
| (i) saber decodificar palavras                                                                                                     | I      | T/C    | T/C    |
| (ii) saber ler reconhecendo globalmente as palavras                                                                                | I      | T/C    | T/C    |
| Desenvolver fluência em leitura                                                                                                    | I      | T      | T/C    |
| Compreender textos                                                                                                                 | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (i) Identificar finalidades e funções da leitura, em função do reconhecimento do suporte, do gênero e da contextualização do texto | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (ii) antecipar conteúdos de textos a serem lidos em função de seu suporte, seu gênero e sua contextualização                       | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (iii) levantar e confirmar hipóteses relativas ao conteúdo do texto que está sendo lido                                            | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (iv) buscar pistas textuais, intertextuais e contextuais para ler nas entrelinhas (fazer inferências), ampliando a compreensão     | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (v) construir compreensão global do texto lido, unificando e inter-relacionando informações explícitas e implícitas                | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (vi) avaliar ética e afetivamente o texto, fazer extrapolações.                                                                    | I/T/C  | T/C    | T/C    |

| <b>Quadro 4</b>                                                                                                                                    |        |        |        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|
| <b>Produção: capacidades, conhecimentos e atitudes</b>                                                                                             |        |        |        |
| CAPACIDADES, CONHECIMENTOS E ATITUDES                                                                                                              | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
| Compreender e valorizar o uso da escrita com diferentes funções, em diferentes gêneros                                                             | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| Produzir textos escritos de gêneros diversos, adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação:                                | I      | T/C    | T/C    |
| (i) Dispor, ordenar e organizar o próprio texto de acordo com as convenções gráficas apropriadas                                                   | I      | T/C    | T/C    |
| (ii) Escrever segundo o princípio alfabético e as regras ortográficas                                                                              | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (iii) Planejar a escrita do texto considerando o tema central e seus desdobramentos                                                                | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (iv) Organizar os próprios textos segundo os padrões de composição usuais na sociedade                                                             | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (v) Usar a variedade lingüística apropriada à situação de produção e de circulação, fazendo escolhas adequadas quanto ao vocabulário e à gramática | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (vi) Usar recursos expressivos (estilísticos e literários) adequados ao gênero e aos objetivos do texto                                            | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| (vii) Revisar e reelaborar a própria escrita, segundo critérios adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação previstos     | I      | T      | T/C    |

| Quadro 5                                                                                                                                                            |        |        |        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|
| Desenvolvimento da Oralidade: capacidades, conhecimentos e atitudes                                                                                                 |        |        |        |
| CAPACIDADES, CONHECIMENTOS E ATITUDES                                                                                                                               | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
| Participar das interações cotidianas em sala de aula:                                                                                                               | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| escutando com atenção e compreensão                                                                                                                                 | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| respondendo às questões propostas pelo(a) professor(a)                                                                                                              | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| expondo opiniões nos debates com os colegas e com o(a) professor(a)                                                                                                 | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| Respeitar a diversidade das formas de expressão oral manifestas por colegas, professores e funcionários da escola, bem como por pessoas da comunidade extra-escolar | I/T/C  | T/C    | T/C    |
| Usar a língua falada em diferentes situações escolares, buscando empregar a variedade lingüística adequada                                                          | I      | T      | T/C    |
| Planejar a fala em situações formais                                                                                                                                | I      | T      | T/C    |
| Realizar com pertinência tarefas cujo desenvolvimento dependa de escuta atenta e compreensão                                                                        | I      | T      | T/C    |

#### RESUMINDO:

- É uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelo aluno, que traduzem certas competências e habilidades;
- Indicam habilidades gerais que se esperam dos alunos;
- Constituem a referência para seleção dos itens que devem compor uma prova de avaliação.

Os distratores são respostas plausíveis que têm a função de atrair quem não sabe e escolhe sem fundamento a resposta que lhe parece certa ou que o impressiona.

### Na prática...



## O currículo

### Currículo por competências

- O currículo está em sintonia com os desafios e anseios da escola contemporânea.
- A interdisciplinaridade e a contextualização foram incorporadas a esses documentos e assumem papel central na estruturação de um currículo por competências.
- Quando se pensa em um currículo por competências, os conteúdos disciplinares e específicos não são dados a priori e não têm uma finalidade em si, mas passam a ser meios para a construção das competências almejadas.
- Compreender essa nova ordem é fundamental para tornar possível a consolidação de um currículo por competências.
- (REDEFOR: Tecnologia e Ensino de Ciências. Sem.5, p.14)

### Na prática...



## Ciclo de aprendizagem

Os Ciclos de Aprendizagem constituem-se em uma modalidade específica de ciclos que se caracteriza por ser uma experiência em que as mudanças no currículo, na avaliação e na organização da escola e do sistema são menos ousadas que outras modalidades, como os Ciclos de Formação. Nos Ciclos de Aprendizagem, a duração dos ciclos tende a ser mais curta (2 ou 3 anos) e há a previsão da reprovação ao final de cada ciclo (MAINARDES, 2009). Um panorama geral que se tem dos Ciclos de Aprendizagem, levando em conta as formulações do campo oficial (propostas oficiais das redes de ensino mencionadas anteriormente que adotam os Ciclos de Aprendizagem) e das publicações do campo pedagógico (PERRENOUD, 2004; GATHER THURLER, 2001), é que nessa modalidade os aspectos mais evidenciados referem-se aos aspectos pedagógicos, organizacionais e psicológicos. No campo pedagógico, Philippe Perrenoud é um dos principais autores que tem fundamentado os Ciclos de Aprendizagem nos países europeus e no Brasil. Segundo Perrenoud (2004), a organização da escolaridade em Ciclos de Aprendizagem é uma alternativa para enfrentar o fracasso escolar que garantiria a aprendizagem dos alunos, por meio da progressão das suas aprendizagens. Desta forma, a implantação de Ciclos de Aprendizagem em uma rede de ensino constitui-se em uma oportunidade de construir um novo tipo de escola, baseada na lógica da aprendizagem e não da mera classificação e reprovação de alunos. Ele aponta ainda que o desenvolvimento dos Ciclos de Aprendizagem:

- a) implica em mudanças na organização e gestão da escola;
- b) exige que os objetivos de final de ciclo sejam claramente definidos para professores e alunos;
- c) pressupõe o emprego de dispositivos da pedagogia diferenciada, da avaliação formativa e o trabalho coletivo de professores;
- d) demanda uma formação contínua dos professores, o apoio institucional e o acompanhamento adequado “para construir novas competências” (PERRENOUD, 2004, p. 52).

São Luís (2009, p. 20) explicita os principais fundamentos da organização em ciclos de Aprendizagem da seguinte maneira: - A aprendizagem é um processo contínuo que não restringe (ou que não precisaria ser reduzida) a um ano letivo; - A reprovação anual, de acordo com inúmeras pesquisas, é negativa, ou seja, não ajuda os/as alunos/as a aprenderem mais;

- A organização da escola em ciclos de aprendizagem é uma alternativa para enfrentar o fracasso escolar (reprovação, evasão), bem como para a construção de uma escola de qualidade, que garanta a aprendizagem dos/as alunos/as, por meio da progressão das aprendizagens; - A progressão das aprendizagens fica facilitada quando os objetivos de final de ciclo estão claros para professores/as e alunos/as, pelo uso da pedagogia diferenciada, pela avaliação formativa, pelo trabalho coletivo dos/as professores/as de um mesmo ciclo, etc.; - A implantação de ciclos de aprendizagem em uma rede de ensino constitui-se em uma oportunidade de construir um novo tipo de escola, baseada

na lógica da aprendizagem e não da mera classificação e reprovação dos/as alunos/as. A construção desse novo tipo de escola pressupõe: a) um processo de reorientação curricular (conteúdos e objetivos que precisam ser atingidos até o final de cada ciclo); b) a definição de um sistema de avaliação que priorize o acompanhamento da aprendizagem dos/as alunos/as com a finalidade de planejar intervenções que permitam o progresso contínuo da aprendizagem. Geralmente são utilizados os fundamentos da avaliação formativa e de outras concepções de avaliação (avaliação diagnóstica, dialética, emancipatória); c) a preparação dos/as professores/as para o trabalho com classes heterogêneas (por meio de pedagogias diferenciadas), avaliação formativa, entre outros aspectos. d) formação permanente dos/as professores/as; e) proposição de trabalho coletivo dos professores de um mesmo ciclo, juntamente com a equipe técnico-pedagógica da escola.

BARRETTO, E. S. de S.; MITRULIS, E. **Os ciclos escolares:** elementos de uma trajetória. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 108, p. 27-48, nov. 1999.

### Na prática...



## **Avaliação Formativa - um Elemento do Processo Ensino-aprendizagem**

A avaliação formativa é uma proposta avaliativa, que inclui a avaliação, no processo ensino-aprendizagem. Ela se materializa nos contextos vividos pelos professores e alunos e possui como função, a regulação das aprendizagens. Para ocorrer essa regulação, é necessário que ela trabalhe com procedimentos que estimulem a participação dos autores do processo. Ela baseia-se em princípios, que decorrem do cognitivismo, do construtivismo, do interacionismo, das teorias socioculturais e das sociocognitivas. Ela trabalha sob a ótica das aprendizagens significativas.

Um planejamento deve ser organizado para a efetivação de uma avaliação formativa e, assim, guiar as ações do professor. Essas ações devem incluir tarefas contextualizadas, que levem os alunos a estabelecerem relações para solucioná-las, conduzindo-os ao desenvolvimento de suas competências. Tarefas que proponham problemas complexos para os mesmos resolverem, aplicando os conhecimentos veiculados pelos conteúdos curriculares.

Os instrumentos avaliativos, que serão utilizados e, as competências avaliadas deverão ser esclarecidas aos alunos, antes de serem aplicados. As correções dos instrumentos avaliativos devem analisar as estratégias cognitivas e metacognitivas, utilizadas pelos alunos. Na elaboração desses instrumentos, os professores devem fazer um intercâmbio, analisando o que foi elaborado e fazendo observações para contribuir com a elaboração. Um instrumento importante e que não pode deixar de estar presente, em uma avaliação formativa, é a auto-avaliação.

Perrenoud (1999) explora três modalidades da avaliação formativa, sob a perspectiva das regulações: regulações retroativas, regulações interativas e regulações pró-ativas. Para o autor, essas modalidades de avaliação não ocorrem de maneira estanque, mas sim, de forma relacional, pois aparecem associadas, combinadas, interligadas.

A regulação retroativa acontece como uma "remediação", na qual o professor realiza intervenções, buscando processos de aprendizagens anteriores aos que estão em realização, encontrando as reais defasagens.

A regulação pró-ativa acontece como elemento que antecede os procedimentos que estimularão a aprendizagem. É um período de investigação sobre o contexto dos alunos, sobre as aprendizagens já solidificadas, sobre quais os interesses do grupo de discentes, sobre quais os recursos disponíveis e quais as possíveis dificuldades.

A regulação interativa é aquela que permite ao professor compreender como os processos de aprendizagens estão ocorrendo, percebendo as aquisições e dificuldades dos alunos; ao aluno, essa regulação, irá levá-lo a se conscientizar de seu processo de aprendizagem. Segundo Perrenoud (1999) "é a comunicação contínua entre professores e alunos" (p. 116). A regulação interativa inclui as regulações retroativa e pró-ativa, configurando a perspectiva de associação das três modalidades. Essa modalidade de regulação não deve incidir na atividade, mas sim, na ação que gera aprendizagem, pois nem toda atividade gera a aprendizagem. Para isso, o professor deve planejar muito bem aulas e selecionar ações que proporcionarão aprendizagens. Ele deverá investir tempo e motivação na preparação e condução das situações de aprendizagens, fazendo assim as regulações interativas. Segundo Perrenoud (1999) "(...) o professor deverá maximizar o conflito cognitivo e todos os processos suscetíveis ao desenvolvimento e fortalecimento dos esquemas ou saberes" (p. 116).

### **Avaliação Formativa: quando?**

A avaliação deve ocorrer em diferentes contextos, ao longo do período letivo. É importante a recolha de informação, dentro da sala de aula, por intermédio de instrumentos variados como: trabalho individual, em pequeno grupo, em grande grupo, interpares, simulação de conferências, apresentações, leituras etc. Essa recolha deve ocorrer, também, fora do espaço da sala de aula, como nos momentos em que são realizados trabalhos de campo (visitas aos museus, mercados, indústrias etc.).

A informação desejada deve ser recolhida, em tempos diversificados, não devendo ficar presa aos testes, previamente marcados, mas sim, no decorrer do período escolar.

Disponível em:

<http://www.pedagogia.com.br/artigos/avaliacaoformativa/index.php?pagina=2>

Perrenoud, P. (1999). *Avaliação - da Excelência à Regulação das Aprendizagens, Entre Duas Lógicas*. Porto Alegre: Artmed.

Silva, M. C. (1979). *A Avaliação Formativa e Somativa: um Estudo Comparativo de seus efeitos no Rendimento Escolar na Retenção das Aprendizagens e na Atitude do Aluno*. Dissertação de Mestrado de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

### **Na prática...**



## Sequência Didática

A sequência didática consiste em um procedimento de ensino, em que um conteúdo específico é focalizado em passos ou etapas encadeadas, tornando mais eficiente o processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, a sequência didática permite o estudo nas várias áreas de conhecimento do ensino, de forma interdisciplinar.

Segundo Nery (2007), diferentemente do projeto, as sequências didáticas (SD) não têm necessariamente um produto final, embora possamos estabelecer, com as crianças produtos a serem criados ao final dos trabalhos, ou mesmo produtos no decorrer das aulas

Uma diferença básica entre o projeto didático e a sequência didática é que no projeto didático o planejamento, monitoramento e avaliação de todo o processo se dá de forma compartilhada, ou seja, as crianças participam da organização geral do trabalho de modo mais direto.

Disponível em:

[http://www.cead.ufop.br/site\\_antigo/arquivos/Unidade%2006%20Anos%201,%202%20e%203.pdf](http://www.cead.ufop.br/site_antigo/arquivos/Unidade%2006%20Anos%201,%202%20e%203.pdf)

### O que são sequências didáticas?

As sequências didáticas são um conjunto de atividades ligadas entre si, planejadas para ensinar um conteúdo, etapa por etapa. Organizadas de acordo com os objetivos que o professor quer alcançar para a aprendizagem de seus alunos, elas envolvem atividades de aprendizagem e de avaliação.

Disponível

em:

<https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/artigos/artigo/1539/sequencia-didatica-e-ensino-de-generos-textuais>

A sequência didática é um conjunto de propostas relacionado a um conteúdo, com uma ordem de desenvolvimento. Um dos pioneiros em pesquisas sobre como os alunos aprendem Matemática, o francês Guy Brousseau desenvolveu a Teoria das Situações Didáticas, que se baseia no princípio de que "cada conhecimento ou saber pode ser determinado por uma situação", entendida como uma ação entre duas ou mais pessoas.

Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-1/roteiro-didatico-sistema-numeracao-decimal-1-2-3-anos-634993.shtml?page=5.5>



**Na prática...**



## Projeto Didático

Projeto didático é um tipo de organização e planejamento do tempo e dos conteúdos que envolve uma situação- problema. Seu objetivo é articular **propósitos didáticos**(o que os alunos devem aprender) e **propósitos sociais**(o trabalho tem um produto final, como um livro ou uma exposição, que vai ser apreciado por alguém). Além de dar um sentido mais amplo às práticas escolares, o projeto evita a fragmentação dos conteúdos e torna a garotada corresponsável pela própria aprendizagem.

Os projetos estão mais populares do que nunca. Redes de todo o país incentivam o trabalho com essa modalidade e algumas escolas preveem no currículo os que serão realizados durante o ano.

Os projetos podem ser planejados e organizados de inúmeras formas, porém algumas ações são fundamentais:

1. Tema: delimitar e conhecer bem o assunto que será estudado e pesquisá-lo previamente.
2. Objetivos: escolher uma meta de aprendizagem principal e outras secundárias que atendam às necessidades de aprendizagem
3. Conteúdos: ter clareza do que as crianças conhecem e desconhecem sobre o tema e o conteúdo do trabalho.
4. Tempo estimado: construir um cronograma com prazos para cada atividade, delimitando a duração total do trabalho.
5. Material necessário: selecionar previamente os recursos e materiais que serão usados, como sites e livros de consulta.
6. Apresentação da proposta: deixar claro para a sala os objetivos sociais do trabalho e quais os próximos passos.
7. Planejamento das etapas: relacionar uma etapa à outra, em uma complexidade crescente.
8. Encaminhamentos: antecipar quais serão as perguntas que você fará para encaminhar a atividade.
9. Agrupamentos: prever quais momentos serão em grupo, em duplas e individuais.
10. Versões provisórias: revisar o que a garotada fez e pedir novas versões do trabalho.

11. Produto final: escolher um produto final forte para dar visibilidade aos processos de aprendizagem e aos conteúdos aprendidos.

12. Avaliação: prever os critérios de avaliação e registrar a participação de cada um ao longo do trabalho.

Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/14-perguntas-respostas-projetos-didaticos-626646.shtml>

PÁG: 38

**Projeto Didático: Os nomes e perfis dos animais de estimação**

Professor: Sidney Alexandre da Costa Alves

**Objetivo geral:**

- proporcionar aos estudantes identificar e elaborar o perfil característico dos animais de estimação.

**Objetivos específicos:**

- ler poemas para antecipações e compreensão de sentidos;
  - ler textos científicos para antecipações e compreensão de sentidos;
  - produzir poemas;
  - refletir sobre características do Sistema de Escrita Alfabética (SEA);
  - conhecer os animais do ambiente familiar; compreender o conceito de animal de estimação;
  - compreender a computação de dados; construir quadro para computação de dados;
- construir quadros e gráficos com características de animais.

**Produto Final:**

- exposição na sala de aula de um acervo temático produzido pela turma:
  - a) imagético composto por tabela, quadros e gráficos;
  - b) textual formado por poemas.

### **Disciplinas envolvidas:**

língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

### **Momentos planejados:**

- 1º fazer a leitura de poemas para exploração das características desse gênero textual, tendo como tema animais;
- 2º fazer a leitura de poemas e de textos científicos para levantamento de informações sobre animais e caracterização de animais domésticos, a partir de questionamentos sobre os conteúdos lidos;
- 3º refletir sobre rimas a partir de leitura de poema;
- 4º levantar as características de um animal doméstico, o gato, com questionamentos sobre os conteúdos lidos;
- 5º explorar rimas a partir de releitura de poemas;
- 6º escolher um animal doméstico para a escrita de poema coletivo, com escolha de nome – o cachorro. Reescrita do poema e leituras coletivas;
- 7º construir gráficos de barras com dados sobre a média de idades dos animais e os animais preferidos (de estimação) pela turma;
- 8º fazer leitura de textos informativos para a sistematização de informações sobre animais de estimação, em forma de gráfico – dados físicos, idade, alimentação, cuidados;
- 9º produzir novo poema coletivo sobre um animal de estimação, escolhido por votação – animal, nome e título do poema, com utilização das informações registradas nas tabelas e gráficos. Reescrita do poema e leituras coletivas;
- 10º fazer ditado de palavras retiradas do poema produzido e explorações sobre o SEA;
- 11º produzir poemas em duplas sobre animais de estimação, com ilustrações. Escrita, revisões e leituras em duplas e coletivas.

## **Sequência Didática: Conhecendo Aves**

Professora: Mônica Pessoa de Melo Oliveira

### **Objetivos:**

- ampliar o conhecimento sobre aves;
- observar, registrar e comunicar algumas semelhanças e diferenças entre os animais;
- avançar no conhecimento sobre o funcionamento do sistema de escrita e na aquisição da leitura e da escrita convencional;
- ler para localizar informações;
- desenvolver o comportamento leitor e escritor durante o processo de produção textual.

### **Conteúdos:**

Práticas de Leitura e escrita; apropriação do Sistema de Escrita; características das Aves e comparação com outros animais.

**Tempo estimado:** duas semanas

### **Material necessário:**

Quadro, cadernos, lápis grafite e hidrocor, cartolina, tesoura, cola, revistas e livros contendo animais para recorte.

Livros: obras complementares, enciclopédias contendo verbetes sobre animais.

## RESUMINDO:

| PROJETOS DIDÁTICOS                                                                                                                                                                                                                                                                                        | SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Trabalho com gêneros integrando diferentes áreas do conhecimento.<br><b>INTERDISCIPLINARIDADE.</b>                                                                                                                                                                                                        | Trabalho com gêneros integrando diferentes áreas do conhecimento.<br><b>INTERDISCIPLINARIDADE.</b>                                                                                                                                                                                                |
| <b>Tem um PRODUTO FINAL.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Não tem</b> necessariamente um <b>PRODUTO FINAL.</b>                                                                                                                                                                                                                                           |
| O <b>PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO</b> se dão de forma <b>COMPARTILHADA</b> , ou seja, as crianças participam da organização geral do trabalho de modo mais direto. As crianças tem mais autonomia de ação e o que está em jogo é mais a <b>EXTENSÃO do conteúdo</b> do que seu aprofundamento. | O <b>PLANEJAMENTO DIDÁTICO</b> das atividades e a ordem do plano geral é <b>CENTRADO NO PROFESSOR</b> , ou seja, é ele quem monitora o processo todo, sabendo quais atividades articular, quais atividades vem antes de outra e o nível de <b>APROFUNDAMENTO do conteúdo</b> selecionado é maior. |

Articulação entre diferentes áreas do conhecimento



**Sequências didáticas**

**Projetos didáticos**

“uma das grandes contribuições do trabalho articulado entre as diferentes áreas do conhecimento é a possibilidade de desenvolver nas crianças habilidades e conceitos diversificados de modo que sejam alfabetizadas e letradas, ampliando suas percepções do mundo que vivem com maior autonomia.”



**Na prática...**



## Plano de ensino/curso

O Planejamento de Ensino é um dos elementos que compõe o dia a dia da escola, por isso refletir sobre a maneira como ele ocorre é também uma atitude necessária para os profissionais da educação.

Anastasiou e Alves (2009) explicam que durante muito tempo as ações dos professores eram organizadas a partir dos planos de ensino que “tinham como centro do pensar docente o ato de ensinar; portanto, a ação docente era o foco do plano” (2009, p. 64). Atualmente as propostas ressaltam a importância da construção de um processo de parceria em sala de aula com o aluno deslocando o foco da ação docente e do ensino para a aprendizagem, ou seja, o protagonista para a ser o aluno conforme defendem as teorias construtivistas e sociointeracionistas.

É importante destacar que o plano de ensino é um tipo de planejamento que busca a previsão mais global para as atividades de uma determinada disciplina durante o período do curso (período letivo ou semestral) e que pode sofrer mudanças ao longo do período letivo por diversos fatores internos e externos. Para sua elaboração, os professores precisam considerar o conhecimento do mundo, o perfil dos alunos e o projeto pedagógico da instituição, para então tratar de seus elementos que constituem o plano de ensino. Dessa forma, o plano de ensino inicia com um cabeçalho para identificar a instituição, curso, disciplina, código da disciplina, carga horária, dia e horário da aula, nome e contato do professor. Logo em seguida, devem vir os seguintes itens:

a) Ementa da disciplina – A ementa deve ser composta por um parágrafo que declare quais os tópicos que farão parte do conteúdo da disciplina limitando sua abrangência dentro da carga horária ministrada. Deve ser escrita de forma sucinta e objetiva e deve estar de acordo com o projeto político pedagógico do curso. O professor não pode alterar a ementa e uma disciplina sem antes ser aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso.

b) Competências e habilidades da disciplina – De acordo com Gil (2012, p. 37) “representam o elemento central do plano e de onde derivam os demais elementos”. Deve ser redigido em forma de tópicos devem ser escolhidos entre para se atingir a ementa. Iniciam com verbos escritos na voz ativa e são parágrafos curtos apenas indicando a ação (não colocar a metodologia). Os Exemplos de verbos usados na descrição das habilidades: Conhecer, apontar, criar, identificar, descrever, classificar, definir, reconhecer, compreender, concluir, demonstrar, determinar, diferenciar, discutir, deduzir, localizar, aplicar, desenvolver, empregar, estruturar, operar, organizar, praticar, selecionar, traçar, analisar, comparar, criticar, debater, diferenciar, discriminar, investigar, provar, sintetizar, compor, construir, documentar, especificar, esquematizar, formular, propor, reunir, voltar, avaliar, argumentar, contratar, decidir, escolher, estimar, julgar, medir, selecionar.

c) Conteúdo programático – o conteúdo programático deve ser a descrição dos conteúdos elencados na ementa. É importante esclarecer que o conteúdo programático difere do eixo temático pois o conteúdo programático cobre a totalidade da disciplina e o eixo temático se aplica a uma parte ou capítulo do conteúdo. Deve estar estruturado

em seções (ou módulos) detalhando os assuntos gerais e específicos que serão abordados ao longo da disciplina contemplados dentro da ementa.

d) Metodologia - A metodologia ou estratégias de aprendizagem como alguns autores denominam, esclarecem “os procedimentos que os professores utilizarão para facilitar o processo de aprendizagem” (GIL, 2012, p. 38). É importante destacar quais os recursos, meios, materiais e procedimentos que serão adotados ao longo da disciplina para desenvolvimento das aulas e escolha das estratégias de ensino e de aprendizagem, forma de aula, dinâmicas, etc. Na metodologia deve estar explícito quais as estratégias metodológicas e didáticas serão usadas pelo professor para atingir os objetivos propostos na disciplina. Vasconcellos (1998), Diaz Bordenave e Pereira (1994), Pilleti (1999), Anastasiou e Alves (2009), Gil (2012) apresentam várias estratégias e metodologias tais como aula expositiva-dialogada, mapas conceituais, portfólio, estudo de texto, dramatização, tempestade cerebral, soluções de problemas, phillips 66, pesquisa de campo, estudo de caso, seminário, fórum, oficinas, estudos com pesquisa, estudos dirigidos, visitas orientadas, palestras, seminários, discussão de filmes e de livros, encenação, júri simulado, etc.

e) Avaliação – É importante que o professor deixe claro no plano de ensino como ocorrerá a avaliação (preferencialmente formativa, sistemática e periódica), indicando claramente os critérios usados, pesos, formas de avaliação, entre outras informações pertinentes para que o professor tenha esse instrumento para tomada de decisão e o aluno saiba como será avaliado. A avaliação compreende todos os instrumentos e mecanismos que o professor verificará se os objetivos estão sendo atingidos ao longo da disciplina. Dessa forma, deve ser uma avaliação processual e registrada constantemente acerca da aprendizagem do aluno com base nas metodologias propostas que podem verificadas por meio da aplicação de exercícios, provas, atividades individuais e/ou grupais, pesquisas de campo e observação periódicas registrada em diários de classe.

f) Referências – Cabe ao professor indicar fontes de pesquisa e leitura sobre os conteúdos programáticos que serão abordados em sala de aula ao longo da disciplina, sejam trabalhos publicados em anais de eventos, ebooks, livros impressos, artigos de revistas, entre outros que subsidiarão teoricamente o conteúdo programático a ser abordado na disciplina. É importante que o professor selecione de três a cinco bibliografias que são básicas para trabalhar ao longo da disciplina e também escolha outras bibliografias complementares para aprofundar os temas propostos.

O plano de ensino poderá ser alterado ao longo do período conforme transcorrer o processo de ensino e aprendizagem. O mesmo difere do plano de aula que será um roteiro para o professor ministrar cada uma das aulas elencadas no plano de ensino.

**Na prática...**



## Plano de aula/diário

O plano de aula é um instrumento que sistematiza todos os conhecimentos, atividades e procedimentos que se pretende realizar numa determinada aula, tendo em vista o que se espera alcançar as competências e habilidades junto aos alunos segundo Libâneo (1993).

O plano de aula trata de um detalhamento do plano de curso/ensino, devido à sistematização que faz das unidades deste plano, criando uma situação didática concreta de aula. Gil (2012, p. 39) explica que “o que difere o plano de ensino do plano de aula é a especificidade com conteúdos pormenorizados e objetivos mais operacionais”.

Para elaborar o plano de aula, é necessário que seja construído o plano de ensino levando em consideração as suas fases: “preparação e apresentação das competências e habilidades, conteúdos e tarefas; desenvolvimento da matéria nova; consolidação (fixação de exercícios, recapitulação, sistematização); aplicação e avaliação” (LIBÂNEO, 1993, p.241).

Além disso, o controle do tempo ajuda o professor a se orientar sobre quais etapas ele poderá se detiver mais. Com base no plano de ensino, o professor ao preparar suas aulas, vai organizar um cronograma separando o conteúdo programático em módulos para cada aula contemplando atividades e leituras para serem feitas e discutidas em aula ou em casa. Para cada aula, é necessário ter um plano de aula para facilitar a sistematização das atividades e atingir os objetivos propostos.

O plano de aula segundo Libâneo (1993) é um instrumento que sistematiza todos os conhecimentos, atividades e procedimentos que se pretende realizar numa determinada aula, tendo em vista o que se espera alcançar como objetivos junto aos alunos. Ele é um detalhamento do plano de curso, devido à sistematização que faz das unidades deste plano, criando uma situação didática concreta de aula. Para seu melhor aproveitamento, “os professores devem levar em consideração as suas fases: preparação e apresentação de objetivos, conteúdos e tarefas; desenvolvimento da matéria nova; consolidação (fixação de exercícios, recapitulação, sistematização); aplicação; avaliação” (LIBÂNEO, 1993, p.241). Além disso, o controle do tempo ajuda o professor a se orientar sobre quais etapas ele poderá se deter mais.

Um plano de aula deve conter as seguintes etapas:

- 1 – O tema abordado: o assunto, o conteúdo a ser trabalhado;
- 2 – As competências a serem alcançadas: o que os alunos irão conseguir atingir com esse trabalho; com o estudo desse tema. As habilidades: relacionadas a cada uma das etapas de desenvolvimento do trabalho;
- 3 – As etapas previstas: mais precisamente uma previsão de tempo, onde o professor organiza tudo que for trabalhado em pequenas etapas;
- 4 – A metodologia que o professor usará: a forma como irá trabalhar, os recursos didáticos que auxiliarão a promover o aprendizado e a circulação do conhecimento no plano da sala de aula;

5 – A avaliação: a forma como o professor irá avaliar, se em prova escrita, participação do aluno, trabalhos, pesquisas, tarefas de casa, etc. (Aqui entra os descritores)

6 – A bibliografia: todo o material que o professor utilizou para fazer o seu planejamento. É importante tê-los em mãos, pois caso os alunos precisem ou apresentem interesse, terá como passar as informações. Cada um desses aspectos irá depender das intenções do professor, sendo que este poderá fazer combinados prévios com os alunos, sobre cada um deles.

### **DIFERENÇA BÁSICA ENTRE PLANO DE ENSINO (DE CURSO) E PLANO DE CURSO (DE AULA)**

**Plano de Ensino é o que você irá usar durante o período letivo todo, todo o conteúdo a ser dado e Plano de aula ele é diário, você terá que fazer todos os dias (nunca deixando para fazer na hora da aula) o plano de aula é um planejamento seu, com objetivos, atividades e se possível no final de cada aula dada, você fazer uma avaliação.**

#### **Na prática...**



## Seqüência didática, Plano de aula ou Projeto?



### PLANO DE AULA

É uma atividade dada em uma única aula. Pode ser avulsa ou estar inserida em uma seqüência didática ou em um projeto. É preciso que o professor tenha bem definidos: o conteúdo que irá trabalhar, os objetivos de aprendizagem, quais recursos serão necessários para desenvolver a aula e a forma que irá avaliar o aproveitamento dos alunos.

### SEQÜÊNCIA DIDÁTICA

É uma sequencia de atividades onde a duração pode se estender a algumas semanas de aula. O conteúdo deve ser mais específico que o de um projeto e vai sendo explorado através de atividades seguidas, que aumentam gradativamente de grau de dificuldade e se tornam cada vez mais complexas.

### PROJETO DE ENSINO

É um projeto a ser desenvolvido não apenas em sala de aula e pode contar com o envolvimento de toda a escola ou até dos pais, dos moradores do bairro ou de outros alunos. Por ser de longa extensão pode durar até um ano. Envolve a elaboração de um produto final seja ele um livro, uma exposição, um filme, etc. É sempre voltado para um público alvo e a participação dos alunos acontece em todas as etapas do planejamento e do desenvolvimento do projeto.



Disponível em: <http://cafedepedagoga.blogspot.com.br/>

### Na prática...



## Progressão continuada

### LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- └ Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:  
(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)
- └ § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

## Progressão continuada e o direito à educação

O acesso a uma educação de qualidade é um direito constitucional e também dever do Estado. A aprendizagem do aluno e sua progressão nos estudos é o objetivo da educação escolar, mas para que ela ocorra deve se levar em conta o tempo de aprendizagem.

Para assegurar este tempo, a escola, a partir de orientações das redes e sistemas de ensino públicos e de leis educacionais, locais e nacionais, pode se organizar por ciclos, grupos não-seriados, séries anuais, grupos multiseriados, progressão continuada, entre outros, *“com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”* (LDB 9394/1996, art.23.).

## Progressão Continuada e Ciclos de Aprendizagem

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, a progressão continuada é uma das formas de garantir o acesso e a permanência do aluno à escola, possibilitando o combate à evasão escolar, à distorção idade-série e a prevenção da repetência. Entre estas formas de organização escolar, ela vem sendo adotada como prática nas redes de educação de estados e municípios.

Uma de suas características é a organização do ensino por ciclos de aprendizagem, que pressupõem a não-reprovação ou repetência do aluno por um período que pode variar entre dois e quatro anos. Nesse contexto, ele vai passando automaticamente pelos anos escolares, sendo avaliado ao final de cada ciclo.

Para que se efetive, a progressão continuada assume diferentes formatos: desde a organização de turmas de aceleração, compostas por grupos de alunos que não conseguem acompanhar o ritmo de uma turma regular, pois apresentam necessidades de aprendizagem específicas ou turmas de apoio pedagógico, que geralmente funcionam no contra turno escolar, onde alunos são expostos a atividades que trabalham conteúdos pontuais; há também a possibilidade de organização de projetos de ensino, de recuperação periódica ou paralela etc.

## **Progressão continuada não é aprovação automática**

A confusão entre os conceitos prejudica os debates sobre os ciclos de aprendizagem

É difícil defender uma ideia quando ela é desconhecida ou mal entendida pelos interlocutores. Sempre que falo em progressão continuada, em vez de sair apoiando essa maneira de organizar o tempo escolar, me vejo na obrigação de, antes de tudo, deixar bem claro sobre o que vou tratar. Há muita confusão, pois esse conceito é imediatamente confundido com "aprovação contínua" ou "aprovação automática", como indica a reportagem Organização em Ciclos Respeita a Diferença, que a revista NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR traz na sua edição de dezembro/janeiro. Então vamos aos esclarecimentos.

Aprovação automática quer dizer sem avaliação, sem orientação, sem cobrança, sem algum apoio. Sendo assim, sem nenhum critério, o aluno é empurrado adiante, correndo ele os riscos de não estar preparado para nada e podendo, mais tarde, atribuir à escola - com razão - o abandono a que foi submetido, sem ter nenhum tipo de orientação.

Progressão continuada, ao contrário, é um alargamento do conceito de período escolar, pois prevê, em vez de anos, ciclos. E aí é possível falar em ciclo letivo, com mais do que os 200 dias previsto na lei, e também em ciclo de aprendizagem do aluno - e esse pode ser de dois ou três meses, um semestre, um ou mais anos. Dividir o tempo escolar fugindo do calendário anual tem por objetivo aprofundar a concepção sobre o ensino e a aprendizagem. Sabe-se, comprovadamente, que as crianças têm diferentes habilidades e, por isso, diversas maneiras e ritmos para aprender. Mas todos podem chegar lá. E chegam. Às vezes, alguns meses ou um semestre a mais são suficientes para constatar mudanças no aluno. Em um curto período de tempo, ele pode amadurecer, superar um problema familiar ou adquirir mais segurança com a ajuda de um professor - fatores que repercutem profundamente na sua capacidade de aprender.

Reprovar a criança uma, duas ou três vezes e mandá-la ficar com colegas menores causa problemas de adaptação e provoca desinteresse por ela ser obrigada a ver e estudar tudo de novo. Quando adota essa prática, a escola se assemelha a uma indústria automobilística, que devolve à fundição as engrenagens que não estão dentro das normas técnicas. Só que com seres humanos é diferente: não há padrão e, no que diz respeito ao retorno ao início, não se pode dizer que não houve aprendizagem alguma no ano "perdido". O resultado da reprovação anual na rede pública é a expulsão de milhares de jovens da escola, colocando-os no abandono e na marginalidade.

Os sistemas de progressão continuada são a forma mais eficaz e justa de estabelecer os prazos de reprovação para mudança de fase escolar. Na Finlândia, que tem uma realidade bem diferente da nossa, o ciclo básico é de nove anos e só após esse tempo são feitas as provas que indicam quem ficará retido. Na cidade de São Paulo, Paulo Freire

(1921-1997), quando secretário de Educação, entre 1989 e 1991, propôs que os ciclos fossem de três anos no Ensino Fundamental e apenas no fim de cada um haveria exames que definiriam se o aluno seria retido ou não. Sistemas desse tipo devem vir acompanhados de um mecanismo que permita a correção dos rumos antes do fim do ano e envolva os professores em planos de orientação dos alunos com dificuldades. Na verdade, é bom que se diga, essas dificuldades, geralmente, não são dos alunos, mas da escola, do currículo (com pouco ou nenhum significado para eles) e dos professores.

A solução para um ensino eficaz não está na repetição dos conteúdos ou na afirmação - pobre - de que os jovens não gostam de estudar. Está na obrigação que a escola tem de oferecer a oportunidade de todos aprenderem.

### **Fernando José de Almeida**

É filósofo, docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e diretor de Educação da Fundação Padre Anchieta.

Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/progressao-continuada-nao-aprovacao-automatica-611988.shtml>

*LDB no 9.394/96, artigo 23, fica instituída possibilidade da implantação dos ciclos.*

*A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (LDB, 1996, artigo 23).*

### **Na prática...**



## LDB

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB - é a lei orgânica e geral da educação brasileira. Como o próprio nome diz, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. Segundo o ex-ministro Paulo Renato Souza - que ao lado do então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a LDB que vigora até hoje - "o mais interessante da LDB é que ela foge do que é, infelizmente o mais comum na legislação brasileira: ser muito detalhista. A LDB não é detalhista, ela dá muita liberdade para as escolas, para os sistemas de ensino dos municípios e dos estados, fixando normas gerais. Acho que é realmente uma lei exemplar."

A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi criada em 1961. Uma nova versão foi aprovada em 1971 e a terceira, ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1996.

Alguns pontos da LDB vigente desde então são considerados ganhos importantes para os cidadãos: "a União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público" (art. 69); o Ensino fundamental passa a ser obrigatório e gratuito (art. 4) e; a educação infantil (creches e pré-escola) se torna oficialmente a primeira etapa da educação básica.

### Na prática...



## Planejamento LDB

**Art. 13.** Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;**
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. **(Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.9.2001)**

### **Na prática...**



## Avaliação LDB

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

### Na prática...



## DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais)

São normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As DCNs têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União "estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum".

A ideia das DCNs considera a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a montar seu currículo, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. Dessa forma, a escola deve trabalhar esse conteúdo nos contextos que lhe parecerem necessários, considerando o tipo de pessoas que atende, a região em que está inserida e outros aspectos locais relevantes.

As DCNs se diferem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Enquanto as DCNs são leis, dando as metas e objetivos a serem buscados em cada curso, os PCNs são apenas referências curriculares, não leis.

De acordo com o CNE, as diretrizes curriculares contemplam elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Dessa forma, foram estabelecidas:

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;  
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;  
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;  
Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores.

### Citação bibliográfica:

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. "DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais)" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=96>, visitado em 29/3/2015.

### Na prática...



## PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)

Conjunto de textos, cada um sobre uma área de ensino, que serve para nortear a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Os PCNs não constituem uma imposição de conteúdos a serem ministrados nas escolas, mas são propostas nas quais as Secretarias e as unidades escolares poderão se basear para elaborar seus próprios planos de ensino.

Os PCNs estão articulados com os propósitos do Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC) e, dessa forma, propõem uma educação comprometida com a cidadania, elegendo, baseados no texto constitucional, princípios para orientar a educação escolar. Dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade pela vida social são algumas de suas balizas.

De acordo com os autores dos PCNs, estes “foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”. Assim, os PCNs deixam de lado os “velhos conteúdos programáticos, distantes do cotidiano das massas”, para oferecer aos alunos condições de assimilação do desenvolvimento das novas linguagens e conquistas tecnológicas e científicas. Segundo seus autores, com os PCNs “não se enfatiza mais a assimilação dos conteúdos em si, mas a máxima agora é ‘aprender a aprender’, para que os alunos assim possam acompanhar o ritmo vertiginoso do progresso”.

Uma das maiores inovações atribuídas aos PCNs é a orientação sobre os chamados temas transversais, assim nomeados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas atravessarem todas elas como se a todas fossem pertinentes. Esses temas abordam valores referentes à cidadania e são eles: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. A idéia da eleição desses conteúdos é oferecer aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida.

### Citação bibliográfica:

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. "PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=117>, visitado em 29/3/2015.

**Na prática...**



## **PNE (Plano Nacional de Educação)**

Também conhecido como Plano Decenal de Educação para Todos, estabeleceu diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, para um prazo de dez anos. O PNE tem respaldo legal na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, as quais determinaram a elaboração de um plano nacional de educação, em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos.

O PNE foi apresentado pelo governo brasileiro em Nova Delhi, num encontro promovido pela UNICEF e pelo Banco Mundial e que reuniu os nove países mais populosos do Terceiro Mundo - Tailândia, Brasil, México, Índia, Paquistão, Bangladesh, Egito, Nigéria e Indonésia - que, juntos, possuem mais da metade da população mundial. Lá o documento foi aprovado pelas duas organizações internacionais, que também ajudaram a elaborar a Declaração de Nova Delhi, estabelecendo posições consensuais entre os nove países participantes, na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos.

O PNE expressa sete objetivos gerais de desenvolvimento da educação básica:

1. satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;
2. universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
3. ampliar os meios e o alcance da educação básica;
4. favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;
5. fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso;
6. incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação;
7. estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional".

### **Citação bibliográfica:**

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. "PNE (Plano Nacional de Educação)" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.  
<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=165>, visitado em 29/3/2015.

**Na prática...**





## **PME (Plano Municipal de Educação)**

O Plano Municipal de Educação (P.M.E.) não é um plano da Rede de Ensino do Municipal, mas um plano de Educação do Município. Este plano está integrado ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Nacional de Educação (PNE), porém mais integrado, ainda, à realidade, à vocação, às políticas públicas do município e sua proposta de desenvolvimento é que determinar as metas e as estratégias de suas ações na educação escolar.

### **Três conseqüências podem tirar desta concepção de Plano Municipal de Educação**

1. Embora o Município não tenha responsabilidade de oferta da educação superior e profissional, por exemplo, o Plano Municipal de Educação precisa definir políticas e estratégias de envolvimento das ações municipais no atendimento estadual ou federal nestas áreas;
2. Embora o Município tenha que priorizar o atendimento do ensino fundamental e, depois, oferecer a educação infantil, o PME deve dimensionar a presença do investimento municipal nestas etapas da educação básica, a partir da demanda não atendida, da presença da atuação estadual e do jogo de recursos financeiros envolvidos ou disponíveis;
3. Embora o Município deva elaborar seu Plano integrado, portanto, depois do Plano Estadual, nada impede que sejam feitos simultaneamente, e até antecipadamente, no caso de imobilidade das autoridades estaduais. Não teria sentido o Município – ente federado autônomo – não ter Plano porque seu Estado não o tem. Se até dezembro de 2001, o Município não tiver notícia do PEE, julgamos que o Município estaria autorizado a protocolar em sua Câmara Municipal, o respectivo PME, sob pena de se comprometer o PNE. As metas do PNE só serão atingidas se os Planos Estaduais as compatibilizarem pela média de seus Municípios, ou cada Município se responsabilizar por alcançar ou ultrapassar as metas nacionais.

### **Demandas e Recursos da Rede Municipal de Ensino**

Em que pese à força da concepção de Plano Global e Integrado do PME, a responsabilidade de atendimento do Município está delimitada pela LDB:

1. Art. 11 – Os Municípios incumbir-se-ão de:  
§ organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;  
§ oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino



somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

2. Ao Município cabe atender, embora com recursos municipais de outras fontes além das de MDE e com suplementação do Estado e da União, a toda a demanda de educação infantil, sem que as famílias tenham por obrigação, a matrícula;
3. Ao Município e ao Estado, com complementação financeira da União para se atingir o padrão de qualidade, cabe, em regime de colaboração atender a toda a demanda de ensino fundamental, na idade própria (de 6 a 14 ou de 7 a 14 anos) e dos jovens e adultos que não o concluíram;
4. Assim, o PME, embora tenha que prever políticas e fixar objetivos para a educação de todos os municípios, em concreto vai lidar e se responsabilizar somente por demandas e recursos para sua rede atual e futura, com ações a curto, médio e longo prazo.

**Os objetivos gerais do P.M.E. devem ser os mesmos do P.N.E.**

No art. 214 da CF temos:

- a) erradicação do analfabetismo;
- b) universalização do atendimento escolar;
- c) melhoria da qualidade de ensino;
- d) formação para o trabalho;
- e) promoção humanística, científica e tecnologia de País.

Já na Lei 10.172, encontramos duas formulações:

- a) elevação global do nível de escolaridade da população;
- b) melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- c) redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso e sucesso;
- d) democratização da gestão do ensino público.

Ou então:

- a) garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos;
- b) garantia de ensino fundamental a todos os que não o concluíram na idade própria;
- c) ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;
- d) valorização dos profissionais da educação;
- e) desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação em todos os níveis

## Objetivos do Município

1 - Os objetivos do PME para o Município são de alçada do próprio Município. O PNE ousa colocar o “desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza” como objetivos do PNE para toda a sociedade brasileira. Entretanto, cada Município tem uma trajetória de afirmação política que deve ser respeitada. Alguns possuem um Plano Diretor, outros um Plano de Desenvolvimento, outros uma Proposta Municipal de Inclusão. O importante aqui é que o PME não pode estar descolado dos objetivos da população e dos administradores municipais, embora deva transcender a perspectiva de um governo, que tem o mandato máximo de quatro anos, quando o PME é para dez anos. O certo é que quanto mais houver envolvimento dos atores e da população para definir os objetivos do Plano de acordo com os objetivos do Município, mais as mediações e relações entre ambos, numa cadeia lógica e científica têm que ser explicitadas e concretizadas. Nesse exercício nascerá a essência do PME, que é a definição das estratégias que garantirão a consecução ou o alcance das metas.

Disponível em:

[http://www.municiofeliz.org.br/nao\\_publicado/plano\\_municipal\\_de\\_educacao.htm](http://www.municiofeliz.org.br/nao_publicado/plano_municipal_de_educacao.htm)

**Na prática...**



## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Instrumento técnico-político utilizado com base no princípio da escola autônoma, que pressupõe a descentralização administrativa e a autonomia financeira da escola. O projeto político pedagógico (PPP) contém a definição do conteúdo que deve ser ensinado e o que deve ser aprendido na escola. Ele caracteriza-se, principalmente, por expressar os interesses e necessidades da sociedade e por ser concebido e construído com base na realidade local e com a participação conjunta da comunidade. O projeto político pedagógico passou a ter importância a partir de meados da década de 90, quando o MEC passou a transferir recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, de acordo com os princípios da descentralização e da escola autônoma, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

### Citação bibliográfica:

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. "Projeto político pedagógico" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002,  
<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=281>, visitado em 29/3/2015.

**Na prática...**



## **PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola)**

Plano que serve como referencial maior da unidade escolar. Nele estão contidos o conjunto das ações da escola, incluindo o projeto político pedagógico e o cálculo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do plano. Para a sua elaboração, contribuem diversos profissionais da escola, cuja participação é definida pela sua direção. A consolidação dos diversos PDEs por delegacias regionais de ensino e regiões socioeconômicas dos estados constitui a principal base do planejamento estratégico plurianual e do orçamento do programa anual das secretarias de educação. O PDE é elaborado por um período de cinco anos e aprovado pelo colegiado escolar.

O PDE, de forma geral, é a trajetória que a escola, com seus mecanismos de participação e envolvimento, traça para si mesma, tendo por base a avaliação do aprendizado de sua identidade. O plano tem por base as finalidades da escola, a avaliação do aprendizado dos alunos, suas finalidades e as expectativas e consenso da comunidade escolar. É uma das formas de a escola exercer sua autonomia. O PDE também é o instrumento que credencia todas as demandas da escola referentes à sua gestão pedagógica, aos seus recursos humanos, à sua infra-estrutura e aos seus recursos materiais. Define a situação em que a escola deseja estar ao final de cinco anos, em termos de eficiência e rendimento dos alunos, do processo de ensino-aprendizagem a ser utilizado, das melhorias a serem introduzidas na infra-estrutura, dos serviços de apoio aos alunos, e dos processos administrativos e financeiros.

O PDE foi adotado pela primeira vez em 1994, em escolas de Minas Gerais e de Alagoas. Em seguida, em 1996, pelas escolas de Roraima e, em 1997, nas escolas estaduais do Tocantins, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

### **Citação bibliográfica:**

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. "PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola)" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=282>, visitado em 29/3/2015.

**Na prática...**



## PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

Programa criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de iniciar a correção de rumos dos mecanismos de transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, primordialmente, aportar recursos diretamente às escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental, para atendimento de necessidades imediatas de manutenção e de projetos de iniciativa da unidade escolar, de modo a fortalecer sua autonomia. Dessa forma, o programa considera a idéia de que a comunidade possui um conhecimento sobre as reais necessidades da escola, sendo portanto a mais indicada para escolher a melhor forma de aplicar e fiscalizar os recursos.

De acordo com o PDDE, a utilização dos recursos deve inserir-se nas modalidades a seguir relacionadas: manutenção e conservação do prédio escolar; aquisição de material necessário ao funcionamento da escola; aquisição de material escolar, didático e pedagógico; aquisição de fitas de vídeo para a TV Escola; capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais diversas. Até 1998, o PDDE era conhecido como Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE).

### Citação bibliográfica:

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. "PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=124>, visitado em 29/3/2015.

**Na prática...**



## Saeb

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

O Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala:



- **Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb:** abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.
- **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (também denominada "Prova Brasil"):** trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.
- **A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA :** avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. A ANA foi incorporada ao Saeb pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013

A Aneb e a Anresc/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>



**Na prática...**



## Interdisciplinaridade

A reflexão em torno dessa interdisciplinaridade aponta para a necessidade de um esforço coletivo dentro da escola para que se aprenda a organizar os tempos pedagógicos de forma a se estabelecer prioridades que atendam às crianças, seus interesses e curiosidades em torno dos diversos campos do saber.

A interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação (FAZENDA, 1995). Processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento. Constitui uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou de um objeto que lhes sejam comuns.

*O conteúdo sobre o meio ambiente foi aplicado dentro de várias matérias em atividades de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, Geografia e História.*

Ainda sobre interdisciplinaridade e currículo, lembremos que:

*Visando ao menor isolamento possível entre as disciplinas, a idéia do Currículo Integrado aproxima-se das concepções de Bernstein (1996), denominadas pelo autor de Classificação (quanto maior o isolamento entre o conhecimento organizado em Disciplinas, maior será o grau de classificação). Para o autor, as questões mais relevantes no campo do currículo são as que abordam as relações estruturais entre os diferentes tipos de conhecimento que o constituem. Em Berstein, o Currículo Integrado tem como característica o fato de que as áreas de conhecimento não estão isoladas, possibilitando, por exemplo, que o mesmo conceito possa ser trabalhado por áreas diversas, favorecendo aspectos da interdisciplinaridade (Pereira, 2002).*

JAPIASSÚ, H. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

**Interdisciplinar** é um adjetivo que qualifica **o que é comum a duas ou mais disciplinas ou outros ramos do conhecimento**. É o processo de ligação entre as disciplinas.

A palavra interdisciplinar é formada do prefixo "**inter**", mais palavra "**disciplinar**". *Inter* é um prefixo que exprime a ideia de "dentro", "entre", "em meio", ex.: interlinear (entre linhas), intermuscular (entre músculos), a palavra *disciplinar*, no sentido pedagógico significa instruir nas regras e preceitos de alguma arte.

Um **planejamento interdisciplinar**, na área pedagógica, é quando duas ou mais disciplinas relacionam seus conteúdos para aprofundar o conhecimento e levar dinâmica ao ensino. A relação entre os conteúdos disciplinares é a base para um ensino mais interessante, onde uma matéria auxilia a outra.

Um **conteúdo interdisciplinar** pode fazer parte de um grande projeto, entre dois professores ou até mesmo com um único professor. Por exemplo: um professor de química ao ensinar a composição de vários materiais usados pelos pintores, pode incluir



pesquisas sobre a história das artes, os importantes pintores, suas nacionalidades, o que une Química, História, Artes e Geografia.

Disponível em: <http://www.significados.com.br/interdisciplinar/>

### **Na prática...**



## Transversalidade

Termo que, na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos.

A partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foram definidos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, os PCNs sugerem alguns “temas transversais” que correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

A transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos.

### Citação bibliográfica:

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. "Transversalidade" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=70>, visitado em 27/3/2015.

### Na prática...



## Contextualização

De forma geral, contextualização é o ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação. A ideia de contextualização entrou em pauta com a reforma do ensino médio, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), que acredita na compreensão dos conhecimentos para uso cotidiano. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são guias que orientam a escola e os professores na aplicação do novo modelo, estão estruturados sobre dois eixos principais: a interdisciplinaridade e a contextualização.

A LDB 9.394/96, no artigo 28º, indica como isso pode ser feito, por expor que “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”. Isso significa que o ensino deve levar em conta o cotidiano e a realidade de cada região, as experiências vividas pelos alunos, quais serão suas prováveis áreas de atuação profissional, como eles podem atuar como cidadãos; enfim, ensinar levando em conta o contexto dos estudantes.

Somente baseado nisso é que o conhecimento ganhará significado real para o aluno. Do contrário, ele poderá se perguntar: “Para que estou aprendendo isso?” ou “Quando eu usarei isso em minha vida?”. Isso faz com que o aluno passe a rejeitar a matéria, dificultando os processos de ensino e aprendizagem.

Para que isso não ocorra e o aluno sinta também prazer e gosto pelo conhecimento, entendendo sua importância; o professor precisa definir o tratamento a ser dado ao conteúdo que será ensinado e, depois, tomar as decisões didáticas e metodológicas necessárias para que o ambiente de aprendizagem contextualizada seja eficaz.

A ideia da contextualização requer a intervenção do estudante em todo o processo de aprendizagem, fazendo as conexões entre os conhecimentos. O aluno será mais do que um espectador, como costumava ser no ensino tradicional, mas ele passará a ter um papel central, será o protagonista; como um agente que pode resolver problemas e mudar a si mesmo e o mundo ao seu redor.

Para tal é necessário que o professor crie situações comuns ao dia a dia do aluno e o faça interagir ativamente de modo intelectual e afetivo, trazendo o cotidiano para a sala de aula e aproximando o dia a dia dos alunos do conhecimento científico. Isso é sempre possível, pois inúmeros e praticamente inesgotáveis são os campos e contextos de experiências vivenciadas pelos alunos e pela escola, que podem ser utilizados para dar vida e significado ao conhecimento.

**<http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/contextualizacao.htm>**



**Na prática...**



## Transposição didática

Instrumento através do qual transforma-se o conhecimento científico em conhecimento escolar, para que possa ser ensinado pelos professores e aprendido pelos alunos. Segundo Maura Dallan, da Fundação Victor Civita, “significa analisar, selecionar e inter-relacionar o conhecimento científico, dando a ele uma relevância e um julgamento de valor, adequando-o às reais possibilidades cognitivas dos estudantes.”

Segundo estudiosos da educação, este termo foi introduzido em 1975 pelo sociólogo Michel Verret e teorizado por Yves Chevallard no livro *La Transposition Didatique*, onde mostra as transposições que um saber sofre quando passa do campo científico para a escola. Na obra, o pesquisador alerta para a importância da compreensão deste processo por aqueles que lidam com o ensino das disciplinas científicas. Dessa forma, Chevallard conceitua "transposição didática" como o trabalho de fabricar um objeto de ensino, ou seja, fazer um objeto de saber produzido pelo "sábio" ser objeto do saber escolar.

A transposição depende de condições objetivas como um ambiente educativo vivo, que permita dúvidas, diálogo, trocas sem a presença do medo. Para tanto, é preciso que os professores desenvolvam as chamadas habilidades pedagógicas, que são necessárias para que transposição didática se efetive. A contextualização dos conteúdos se torna então "a arma mais poderosa a favor da transposição didática (p.39)" e a linguagem pode servir como mediadora entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar, cabendo ao professor proporcionar aos seus alunos uma aprendizagem sem sofrimento.

### Citação bibliográfica:

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. "Transposição didática" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=23>, visitado em 27/3/2015.

### Competências necessárias para fazer transposição didática

A transposição didática pode ser entendida como uma competência que deve ser mobilizada constantemente pelo professor na sua prática pedagógica e ela ocorre quando:

- O conteúdo é selecionado ou recortado de acordo com o que o professor considera relevante para constituir as competências condensadas na proposta pedagógica;
- Alguns aspectos ou temas são mais enfatizados, reforçados ou diminuídos;
- O conhecimento é dividido para facilitar a sua compreensão e depois o professor volta a estabelecer a relação entre aquilo que foi dividido;
- Distribui-se o conteúdo no tempo para organizar uma sequência, um ordenamento, uma série linear ou não linear de conceitos e relações;
- Determina-se uma forma de organizar e apresentar os conteúdos, como por meio de textos, gráficos, entre outros. Consequentemente, para fazer transposição didática é necessário que algumas competências sejam desenvolvidas pelos professores, tais como:
- Saber fazer recortes na sua área de especialidade de acordo com um julgamento sobre relevância, pertinência, significância para o



desenvolvimento das competências escolhidas que vão garantir a inserção do aluno no mundo moderno;• Saber selecionar quais aspectos do conhecimento são relevantes;• Dominar o conhecimento em questão, de modo articulado, incluindo o modo característico e específico pelo qual esse conhecimento é construído;• Ter um pressuposto ou uma "aposta" sobre como o aluno constrói esse conhecimento e como deveria conhecer;

Dominar estratégias de ensino eficazes para organizar situações de aprendizagem que efetivamente promovam no aluno as competências que se quer desenvolver. • Relacionar os conteúdos das disciplinas e áreas com os fatos, fenômenos e movimentos da atualidade;• Articular no trabalho de sua disciplina as contribuições de outras disciplinas e de outras áreas do conhecimento;• Fazer uso das novas linguagens e tecnologias;• Planejar e realizar situações didáticas utilizando os conhecimentos das disciplinas e áreas, dos temas sociais, dos contextos sociais relevantes para a aprendizagem e das didáticas específicas;• Aplicar o princípio da contextualização dos conteúdos como estratégia de aprendizagem;• Selecionar contextos, problemáticas e abordagens que sejam pertinentes à aprendizagem de cada saber disciplinar e adequados ao desenvolvimento do aluno;• Utilizar diferentes e flexíveis modos de organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos alunos;• Manejar diferentes estratégias de aprendizagem considerando a diversidade dos alunos e os conteúdos;• Selecionar, produzir e utilizar materiais e recursos didáticos, diversificando e potencializando seu uso em diferentes situações;• Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção didática;• Promover uma prática educativa que considere as características dos alunos e da comunidade, os temas e as necessidades do mundo social.

Porém não é tão simples desenvolver competências sem que o professor busque constantemente o desenvolvimento como profissional, estudando e se capacitando. Segundo Almeida (2011, p. 32), o desenvolvimento de competências é “estudar continuamente, formar-se continuamente, aprofundar-se, buscar, pesquisar, envolver-se com outros profissionais que possuem saberes diferentes dos nossos”. É importante que essas competências sejam muito bem mobilizadas, pois elas garantirão ações que levarão os alunos ao mundo do conhecimento.

O conhecimento é frequentemente produzido fora da escola e está sujeita a uma série de adaptações antes de ser aceito para o ensino, como exemplo: objetos matemáticos criados por matemáticos não são os ensinados na escola. O objeto da teoria da transposição didática é precisamente para descrever e explicar os fenômenos de transformação do conhecimento de sua produção até o seu ensino. A teoria da transposição didática permite a distinção entre o conhecimento acadêmico produzido, por exemplo, matemáticos, conhecimento a ser ensinado definido pelo sistema educacional, o conhecimento ensinado pelo professor e, finalmente, conhecimento

adquirido pelos alunos. Esta obra de transposição é uma construção social feita por diferentes pessoas dentro de várias instituições: as autoridades políticas, escritores, redatores, professores e suas associações definem as questões de ensino e escolhem o que deve ser ensinado, bem como sob que forma. Este nível de organização institucional é o que Chevallard chama de "noosfera", ele define os limites, redefine e reorganiza o conhecimento social, contextos históricos ou culturalmente determinados, que tornam possíveis ou não certas escolhas. A transposição didática é responsável pelas transformações pelas quais devem passar os saberes para se tornarem escolarizáveis. Sendo assim, podemos chegar a conclusão que no processo de transposição didática há um movimento que parte de mudanças no "saber acadêmico" e se institucionaliza em novos "textos do saber", ou seja, propostas curriculares e livros didáticos, exigindo o tratamento, nasala de aula, de novos conteúdos, com a adoção de novas práticas de ensino, que é na realidade, o saber efetivamente ensinado. Contudo, a transposição didática exigirá do professor várias competências, que deverão fazer parte de sua prática pedagógica, para que ele possa criar ações bem pensadas para conduzir os alunos a uma aprendizagem eficaz.

## Na prática...



## Transposição Didática Interna

Elementos da transição da transposição externa para a transposição interna

